



Número: **0800265-58.2020.8.15.0071**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Areia**

Última distribuição : **21/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 4.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|--------------------------|
| MARLO GONZAGA DE MELO SILVA (AUTOR) | | EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 32516769 | 21/07/2020 11:55 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 32517056 | 21/07/2020 11:55 | INICIAL - MARLO GONZAGA - INVALIDEZ - PEDIDO COMPLETO | Outros Documentos |
| 32516779 | 21/07/2020 11:55 | B.O. | Documento de Comprovação |
| 32516782 | 21/07/2020 11:55 | DEC DE POBREZA E PROCURAÇÃO | Outros Documentos |
| 32516789 | 21/07/2020 11:55 | DOC MEDICO | Outros Documentos |
| 32516796 | 21/07/2020 11:55 | DOC PESSOAL | Documento de Comprovação |
| 32517050 | 21/07/2020 11:55 | ENTRADA ADM | Documento de Comprovação |
| 32545919 | 22/07/2020 08:41 | Despacho | Despacho |
| 33651363 | 26/08/2020 20:55 | Petição | Petição |
| 37179727 | 07/12/2020 09:00 | Sentença | Sentença |

PETIÇÃO INICIAL EM ANEXO



CAMPINA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Wamberto Balbino Sales

Emmanuel Saraiva Ferreira

Rua Floriano Peixoto, 4519, Malvinas

Campina Grande - Paraíba

Tel. (84) 9. 9991-1313

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AREIA/PB,**

MARLO GONZAGA DE MELO SILVA, brasileiro, solteiro, mecânico, portador do RG nº 4.176.121 SSP/PB e CPF nº 118.168.104-95, residente e domiciliado no Sítio Jussarinha, S/N, Zona Rural, Areia - Paraíba, CEP 58397.000, Telefone: (83) 99125-1917, por intermédio de seu bastante procurador que a esta subscreve, com escritório profissional localizado acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS
SEGURO DPVAT**

Contra: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, com endereço situado na Rua da Assembleia nº 100, 21º andar, Rio de Janeiro, CEP: 20.011-904, **podendo ser citada por meio eletrônico, via eletrônica através do e-mail: www.seguradoralider.com.br, conforme Artigos 5º, 6º e 9º da Lei nº 11.419/2006 e Artigos 231, V, 246, V, §§ 1º e 2º, 270, e 1.051, do Código de Processo Civil, expondo e requerendo ao final o seguinte:**

DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Ab Initio

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Aduz preliminarmente, a parte autora que se encontra desempregada, não tendo meios de prover o pagamento das custas



processuais, visto que, como prova deve ser observado nos documento incluso aos autos que demonstram que se encontra fora do mercado de trabalho.

Ora Preclaro Julgador, o novo Código de Processo Civil, instituído pela Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, ampliou e inovou o texto codificado anterior, possibilitando ao jurisdicionado maior facilidade para acesso ao Poder Judiciário, onde o novo estatuto processual busca dar efetividade ao estatuído na Constituição cidadã: assistência jurídica integral (art. 5º, LXXIV).

A realidade social dos trabalhadores de nosso país já estava fragilizada sendo que, com a chegada da pandemia, o quadro se agravou ainda mais, sendo que, nas camadas mais pobres da sociedade o desemprego e a pobreza são mais perceptíveis, posto que, são ainda frutos de uma política de governos desastrosos que se instalaram se o quadro atual já se encontrava difícil com a chegada do **Covid-19**, a situação se agravou mais ainda no Brasil. Atualmente conta com aproximadamente **36,6 milhões de brasileiros que estão desempregados, segundo aponta pesquisa do IBGE.**

Na acepção jurídica do termo, necessitado não é apenas o miserável, mas, sim, **"todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família"** (art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50).

A Súmula 481, do E. Superior Tribunal de Justiça, determina:

" Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

Alinhado a necessidade de superar essa barreira, o ordenamento jurídico pátrio, tanto na órbita constitucional quanto infraconstitucional, garante a assistência judiciária gratuita aos litigantes que não conseguem arcar com os encargos processuais. Assim, colhe-se da Constituição, em seu artigo 5º, inciso LXXIV: **"o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".**

Os nossos tribunais superiores encontram-se com posicionamento inovado com a entrada com o Código de Processo Civil, passando a se posicionar da seguinte forma, *opus citatum*:

"O benefício da justiça gratuita pode ser pleiteado a qualquer tempo, bastando, para obtenção do benefício, a simples afirmação do requerente de que não está em condições de arcar com as custas do processo



e com os honorários advocatícios." (Agravo Regimental nº 0801570-70.2013.8.12.0018, **1ª Câmara Cível do TJMS, Rel. Divoncir Schreiner Maran. J. 15.09.2015).**"

E ainda:

"Não se vislumbrando do caderno processual elementos de convicção que, à luz do [artigo 99, § 2º](#), do [Novo Código de Processo Civil](#), culminem por infirmar a presunção derivada da declaração acostada, é de se conceder o benefício, máxime considerando que a parte afirma estar desempregada e que auferir apenas auxílio doença previdenciário em valores mensais modestos, notadamente nos dias atuais, levando-se em conta, ainda, possuir dois filhos menores, ressalvada, todavia, a possibilidade de a presunção ser afastada com base em provas que porventura surgirem no curso da lide. Recurso conhecido e provido." (TJMS; AI 1407941-50.2016.8.12.0000; **2ª Câmara Cível**; Rel. Juiz Jairo Roberto de Quadros; DJMS 16/09/2016; Pág. 82)."

Informa a ainda a parte autora preliminarmente, que teria ajuizado anteriormente a presente lide, registrada sob o número - 0800013-94.2016.8.15.0071, que tramitou perante a Vara Única da Comarca de Areia/PB. Todavia, a lide fora julgada extinta, sem apreciação do mérito.

| |
|----------------------------------|
| <u>-SINOPSE DOS FATOS</u> |
|----------------------------------|

O Autor foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia **16 de outubro de 2013**, por volta das 14h00min, quando transitava como carona, em uma motocicleta Honda/CG 125 FAN, de cor preta, 2007/2007, placa MNX4293-PB, Chassi 9C2JC30707R129874, em Via Pública, na Rodovia PB 079, que faz a ligação entre a Usina Santa Maria e o município de Areia/PB, momento em que, perdeu o controle e direção de seu veículo, vindo a cair bruscamente ao solo e sofrer várias lesões no corpo, sendo socorrido pelo Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU), encaminhado ao Hospital Local da cidade, e transferido posteriormente ao Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, situado em Campina Grande-PB, como consta o boletim de ocorrência, em anexo.

*Concernente à gravidade das lesões, o requerente foi submetido a intervenções médicas devido a uma **fratura em coxa direita, cujas sequelas comprometem as funções do membro em comento, dentre outras complicações físicas que afetam o desenvolvimento de suas atividades laborativas, conforme prontuário médico, em anexo.***

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito requereu administrativamente, conforme registro de **AR JR 201584462 BR**, em anexo, pois como não houvera apreciação do pleito, em



face de o mesmo encontrar-se faltando algum documento, em que a Seguradora Líder entende como indispensável.

Para enfatizar o ora exposto, a Corte Superior de nosso País – STF, em seu colegiado, tem fundamentação inerente a nossa exposição como se vê, nas Jurisprudências, abaixo:

“2. Jurisprudência do STF (RE 839314, julgado em 10/10/2014, publicado em DJe-202, divulgado em 15/10/2014, publicado em 16/10/2014; RE 938348, julgado em 17/02/2016, publicado em DJe-034, divulgado em 23/02/2016, publicado em 24/02/2016; RE 938340, julgado em 16/02/2016, publicado em DJe-031, divulgado em 18/02/2016, publicado em 19/02/2016, todos da relatoria do Ministro Luiz Fux; e RE 826890, julgado em 19/09/2014, publicado em DJe-193, divulgado em 02/10/2014, publicado em 03/10/2014, Relatora: Ministra Cármen Lúcia).”

Ora Douto Magistrado, tratando-se de seguro DPVAT o beneficiário deve ingressar com o pedido de indenização junto a Requerida, podendo ocorrer três hipóteses:

Primeiro- A documentação é recepcionada pela seguradora, ocorrendo a perícia por médicos pagos e indicados pela autarquia. Posteriormente, é liberado de forma unilateral *quantum* em favor da vítima;

Segundo- O processo é recepcionado pela seguradora onde os analistas entendem que a documentação não se encontra dentro dos critérios criados pela Seguradora dos Consórcios do Seguros DPVAT, entenda-se: “exigências” não inseridas ou contidas na Lei nº 6.194/74, e ficam suspensos até o cumprimento da “pendência” administrativa;

Terceiro- A requerida analisa e decide NEGAR/INDEFERIR o processo administrativo, não tendo a vítima conhecimento do teor do indeferimento, visto que a “decisão” é interna e o mais grave ainda é que, na via administrativa não se tem a quem recorrer. Essas são as três principais correntes e linhas para concessão ou não do seguro DPVAT, em nosso país.

| |
|--|
| <u>DA PRETENSÃO RESISTIDA: RESISTÊNCIA DA REQUERIDA EM NÃO LIQUIDAR O DPVAT</u> |
|--|

No caso sob júdice, ocorreu a “**NEGATIVA**” do pagamento da indenização, o que pode ser observado é que a requerida, negou, cancelou, o processo de forma abrupta, sem qualquer respaldo normativo, visto que,



nunca é demais ressaltar que os documentos necessários ao pagamento da indenização estão elencados na Lei nº 6.194/74.

“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;”

O fato é que inviabilizado o processo na via administrativa (negado/cancelado), quando as ocorrências retro citadas não estarem firmadas no contexto legal da Lei nº 6.194/74, cabe ao requerente buscar o Poder Judiciário, para fazer valer a norma jurídica, visto que, a pendência exaurida pela promovida é uma forma de procrastinar o máximo a indenização do seguro DPVAT.

Ora Douto Julgador, a pretensão resistida da requerida está devidamente comprovada nos documentos acostados pela parte autora, onde é fato contundente, visto que, não existe meios administrativos que possam revogar a decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, para que autarquia venha apreciar e conseqüentemente pagar a indenização nos exatos termos da Lei n 6.194/74.

A burocracia da Requerida, entenda-se, inúmeras exigências administrativas criadas mensalmente, inseridas no processo DPVAT, torna bastante complexa a formatação de um processo, geradas a cada reunião do conselho que administra a autarquia. Destarte, as alterações impostas mês após mês, sem que os órgãos que deveriam fiscalizar viessem a atuar de forma mais contundente e vigilante.

DO ÔNUS DA PROVA

Assevera o art. 369, CPC:

Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.



Destarte, entende o Requerente que a prova do acidente pode ser verificada por outros elementos de prova, inclusive o testemunhal, nos termos do art. 444, CPC, senão vejamos:

Art. 444. Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.

Nesse sentido a parte autora faz alusão a necessidade da inquirição da prova testemunhal, para reforçar, dissipar todas as possíveis dúvidas acerca do nexo causal, corroborando com a documentação exaurida pela unidade hospitalar onde ocorreu o atendimento médico da Requerente, deixando de forma clara a ocorrência do sinistro.

DO VALOR DEVIDO

O Art. 3º, da Lei 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas médicas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:



SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Destarte, surge a necessidade da realização de prova pericial para aferir-se o grau de invalidez, possibilitando ao magistrado a correta aplicação da Lei.

A lei 11.945/09, inseriu à legislação a tabela de parâmetros acerca dos percentuais a que serão submetidas quando da aferição do grau de invalidez, conforme se vê abaixo:

Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).

Com a inclusão dessa tabela na lei, encerrou-se a polêmica jurisprudência acerca dos critérios para o cálculo da indenização proporcional. Instado a se manifestar, o Superior Tribunal de Justiça admitiu a validade da utilização dessa tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro [DPVAT](#), em situações de invalidez parcial.

DA IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DA DEMANDA

Esclarece o Autor, que diante da necessidade da perícia médica, onde serão quantificadas as lesões que a acometem, não é possível no presente momento a quantificação exata do proveito econômico a ser advindo da lide.

Como já dito alhures, o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça, na Súmula 474, entendeu que:



"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

Em tempo aduz ainda que o Código de Processo Civil, em seu art. 324, §1º, II, III, revela a possibilidade de formulação de pedido genérico, senão vejamos:

O pedido deve ser determinado:

§1º. É lícito, porém, formular pedido genérico:

(...)

II – quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

III – quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo Réu;

Destarte, ante a negativa da Seguradora Ré em pagar a indenização devida ao Requerente através da via administrativa, não oportunizando sequer a realização da perícia médica, vem o (a) Autor (a) invocar a tutela jurisdicional do Estado para solucionar tal conflito.

Na presente demanda indica a parte autora apenas o proveito econômico pretendido, visto que, somente após a realização da prova pericial é que poderá ser mensurado o valor correto da demanda. Destarte, é absolutamente, impossível atribuir um valor correto em ações de invalidez decorrentes de acidente de trânsito ocasionando – invalidez, nos beneficiários, em face da obrigatoriedade da prova pericial nos termos do art. 31, II da Lei 11.945/2009.

DO REQUERIMENTO

Pelo Exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a procedência da presente ação, para ao final condenar a requerida, ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, cujo valor da condenação deverá ser aferido após a realização da perícia médica, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, motivo pelo qual desde logo a promovente não pode atribuir um valor econômico absoluto pretendido na presente demanda, requerendo ainda o seguinte:

01- Seja citada a Ré, por meio eletrônico, para contestar a ação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;



02- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **prova pericial e testemunhal**, no sentido de quantificar o grau de lesão, nos quesitos seguem ao final desta;

03- Seja os valores devidamente corrigidos desde o evento danoso, conforme Súmula 54 do STJ;

04- Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em auto composição, visto que, **em demandas similares inexiste qualquer proposta por parte da Seguradora Líder**;

05- Como no caso em tela o deslinde **trata-se na confecção da prova pericial**, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31, II, da Lei nº 11.945/2009;

06 - Seja a demandada condenada em **20%, sobre o valor da condenação** firmado no art. 85, seguintes do CPC, referente a honorários advocatícios;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 98 à 102, do atual Código de Processo Civil brasileiro, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dar-se-á o presente valor de **R\$ 4.750,00 (Quatro mil e setecentos e cinquenta reais)**.

Nestes termos.

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande -PB, 15 de julho de 2020.

Emmanuel Saraiva Ferreira
OAB/PB 16.928



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:

_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/_____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.
(Assinatura – carimbo – CRM)







GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE
RUA. AURÉLIO FIGUEIREDO, S/N - JUSSARA - AREIA/PB - 58100-000 -

OCORRÊNCIA Nº 000210/14

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000210/14 registrada em 13/05/2014, que passo a transcrever na íntegra: Aos treze dias do mês de maio do ano de 2014, nesta cidade de AREIA/PB, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE POLÍCIA DE AREIA, quando encontrava-se presente o Bel. LAMARTINE LACERDA, Delegado de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 09:51 horas, compareceu o Sr. MARLO GONZAGA DE MELO SILVA, com 20 anos de idade, filho de MARCOS ANTONIO MONTEIRO DA SILVA e MARIA DE FATIMA GONGAZA DE MELO, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de ESAPERANÇA - PB, Solteiro, escolaridade Medio Incompleto, profissão MECANICO, portador da Cédula de Identidade Nº 4176121, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 11816810495, residindo à rua AURELIO DE FIGUEIREDO, 1182, bairro JUSSARA, na cidade de AREIA/PB - PB, celular 083 91251917.

Declarou que:

QUE, NO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2013, POR VOLTA DAS 14: 00 HORAS, VIAJAVIA DE CARONA NA GARUPA DA MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/CG 125 FAN, DE COR PRETA, ANO E MODELO 2007/2207, PLACA MNX-4293-PB CHASSI Nº 9C2JC30707R129874, EM NOME DE WALDENIRA CAVALCANTE DE OLIVEIRA, PILOTADA POR SEU COLEGA MARCIO, QUANDO SOFREU UMA QUEDA, NA PB 079 QUE LIGA A USINA SANTA MARIA A ESTA CIDADE DE AREIA-PB; QUE EM DECORRENCIA DO ACIDENTE SOFREU FRATURAS NA COXA DO PERNA DIREITA, PANCADA NA CABEÇA E QUEIMADURA NOS DOIS BRAÇO; QUE, FORA SOCORRIDO PELO SUMA PARA O HOSPITAL LOCAL E POSTERIORMENTE PARA O TRAUMA EM CAMPINA GRANDE-PB, SENDO SUBMETIDO A CIRURGIA; QUE PASSOU CERCA DE SETE DIAS, INTERNADO. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FE.

AREIA/PB, Terça-feira, 13 de Maio de 2014

Marlo Gonzaga de Melo Filho
MARLO GONZAGA DE MELO SILVA

Declarante

MARCOS ANTONIO ROSAS DA SILVA

Escrivão



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) MARCO GONZAGA DE MELO SILVA
Brasileiro (a), SOLTEIRO, MECANICO, portador de
RG nº. 4.176.124, CPF nº. 338.168.304-95, podendo ser
intimado(a) no(a) RUA AURELIA FIGUEIREDO, 3182.
Bairro Jussara
na cidade de AREIA Estado PARAIBA
da
pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas
processuais na Ação Cobrança c/c Reparação de Danos Materiais, na Comarca de
AREIA - PB. Afirma ainda ser conhecedor das sanções
penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina
o presente.

CAMPINA GRANDE, em 04/10/2016

x Marco Gonzaga de Melo Silva
Declarante



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: MARLO GONZAGA DE MELO SILVA, brasileiro, SOLTEIRO, portador (a) do CPF nº 118.368.304-95, residente e domiciliado (a) no(a) AV. AURELIA FIGUEIRO, nº 1182, SUSSEANA, ARÉIA - PB, nomeia e outorga poderes ao

Outorgado: Bel. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, Solteiro, OAB 16928/PB, podendo ser intimados na Rua Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COM AÇÃO DPVAT, junto à comarca de ARÉIA, podendo os outorgados, confessarem, assinarem, desistirem, proporem acordo, receberem intimações, darem quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições, firmarem, apresentarem recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar apelação criminal, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da PÁRUA, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que honorários advocatícios sejam pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente contrato, nos termos do Art. 22, § 4º da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

CAMPINA GRANDE - PB, em 04/10/2016.

Outorgante: x Marlo Gonzaga de Melo Silva

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.





SAMU
192

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU**

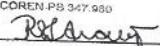
Em 22 de novembro de 2013

Declaração

Vimos através do presente, informar a este juízo, que a ocorrência do senhor **MARLO GONZAGA DE MELO SILVA**, foi no dia 06/10/2013 as 14hs06min vítima de colisão entre moto e poste, o mesmo foi socorrido por uma equipe do SAMU 192, Unidade Básica de Saúde de Areia (USB 037) ID: 482.739. Na oportunidade, aproveitamos para apresentar a vossa senhoria nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Rúbia F. Lins Araújo
ENFERMEIRA
COREN-PA 347.980


Rúbia Ferreira Lins de Araújo
Coordenadora do SAMU



HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CARPINA GRANDE
Dom Luis Gonzaga Fernandes

| | | | | |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|----------|----------------|
| Nome do Paciente | | Mário Gonzaga de M.O. | | N.º Prontuário |
| Data da Operação | 07/10/13 | Inf | Leto | |
| Operador | Dr. Bruno Cortez | | | |
| Auxiliar | | Auxiliar | Dr. Jere | |
| Anestesia | Dr. Viana / Dr. Jaramago | Anestesia | Dr. Jere | |
| Diagnóstico Pré-Operatório | Lesão de pele e punção em cordão | | | |
| Tipo de Operação | Desbridamento cirúrgico + Amoxacilina | | | |
| Diagnóstico Pós-Operatório | O.M. | | | |
| Relatório Imediato da Patologia | | | | |
| Exame Radiológico no Ato | | | | |
| Acidente Durante a Operação | | | | |

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

| | Ara de Acesso | Técnica e Técnica | Enxertos | Incisão | Sutura | Material Empregado | Aspecto Visceral |
|---|---------------|-------------------|----------|---------|--------|--------------------|------------------|
| 1 | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | |

Realizado em punção de ardo
Anestesia e cirurgia
Lesão de pele e punção
Lesão de pele e punção
Lesão de pele e punção
Lesão de pele e punção
Lesão de pele e punção
Lesão de pele e punção

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Unidade de Emergência

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

Diagnóstico

11/11/82

Folha de Tratamento e Evolução





GOVERNO
DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luis Gonzaga Fernandes

Diagnóstico

Lesão craniana
fratura de crânio

Folha de Tratamento e Evolução

| Paciente) | Alojamento) | Leito) | Convênio) |
|-------------------|---|----------------------------------|---|
| WALLACE GONCALVES | 1 | 1 | |
| Data | Prescrição Médica | Horário | Evolução Médica |
| 04/07/20 | 1 - DIETA LIVRE 2 - SRL 500 ML EV 12/12 H 3 - OMEPRAZOL 1 AMPEV DIA 4 - DIPIRONA 02 CC EV 8/8 H 5 - TILAT L 20 MGEV 12/12 H 6 - CEFAZOLINA 10 GREV 8/8 H 7 - C C GERAIS | 08:00 14:00 18:00 22:00 | Leve melhora sem febre sem dor sem vômito sem diarreia sem alteração de consciência sem alteração de pupilas sem alteração de reflexos sem alteração de sinais vitais sem alteração de sinais de desidratação sem alteração de sinais de infecção sem alteração de sinais de coagulação sem alteração de sinais de hemorragia sem alteração de sinais de trombose sem alteração de sinais de embolia sem alteração de sinais de infarto sem alteração de sinais de AVC sem alteração de sinais de aneurisma sem alteração de sinais de dissecção de aorta sem alteração de sinais de ruptura de aneurisma sem alteração de sinais de hemorragia intracraniana sem alteração de sinais de hemorragia subaracnóide sem alteração de sinais de hemorragia intraventricular sem alteração de sinais de hemorragia intramedular sem alteração de sinais de hemorragia intratecal sem alteração de sinais de hemorragia intracanalicular sem alteração de sinais de hemorragia intraventricular sem alteração de sinais de hemorragia subaracnóide sem alteração de sinais de hemorragia intraventricular sem alteração de sinais de hemorragia intramedular sem alteração de sinais de hemorragia intratecal sem alteração de sinais de hemorragia intracanalicular |



SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

| | |
|----------------|-----------------------------|
| PACIENTE: | MARLO GONZAGA DE MELO SILVA |
| DATA DO EXAME: | 06/10/2013 |

ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"

METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico na frequência de 4,0 MHz.

ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Fígado de dimensões e padrão textural normais, com contornos regulares. A árvore biliar intra e extra-hepática não apresentam sinais de dilatação. A vasculatura venosa hepática apresenta trajeto e calibre anatômicos, com veia porta de calibre normal.

Vesícula biliar de topografia habitual, fisiologicamente distendida, com paredes de espessura normal, sem evidências de cálculos em seu interior.

Pâncreas de dimensões e padrão textural usuais para a faixa etária do paciente.

Baço de dimensões normais e textura sólida homogênea.

Rins de forma, topografia e dimensões normais, com preservação córtico-medular e parênquima renal de espessura normal. Ausência de cálculo ou hidronefrose.

Bexiga de paredes regulares e textura anecóica homogênea.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

- Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

- Demais órgãos e estruturas abdominais avaliadas sem alterações.

Dr. Diego Furtado F. Candido
Médico
CRM 5633





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A): MARIO GOUVERNO
MELO SILVA PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. _____
SÉRIE _____ ESTEVE **INTERNADO(A)** NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. 576.1 NO CID. DURANTE
O PERÍODO DE 06.10.13 A 11.10.13 NECESSITANDO DE
60 (sessenta) DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Campina Grande, 11.10.13

Ass. do Médico - Nº. do CRM

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____

Dr., _____

codificado CID ou por extenso neste atestado médico

autorizo o a registrar o diagnóstico

Ass. do Paciente ou Responsável

MOD. 060





GOVERNO
DA PARAÍBA



CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE: MARCO GOURAGA M SILVA

DATA DO ATENDIMENTO: 06 / 10 / 13

N.º PRONTUÁRIO: _____ FICHA: _____

DIAGNÓSTICO: Revisão da Anamnese

PROCEDIMENTO: LOXA

MEDICO (CARIMBO): Dr Bruno Costa





ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO
UNIDADE: 6023571
NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES
RUA: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS
CAMPINA GRANDE - PARAIBA - UF: PB

PACIENTE:
NOME: MURILLO CONTRAÇA DE MELO SILVA
DOCUMENTO: 3176127
SEXO: MASCULINO
IDADE: 25
ESTADO: 16033
CEP: 51761-27
Bairro: SARAPI
CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 16033
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PRONTUÁRIO N°: 044394
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA
MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE - PARAIBA

TIPOS
RESULTADOS
PA = 445-52

TERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

DIAGNÓSTICO CID

NATUREZA DA CONSULTA
CONSULTA BÁSICA (PAB)
CONSULTA ESPECIALIZADA

PROCEDIMENTO
CBOTF - Atendimento de Emergência
Xile e de de emergência
1730h. Alta da CLIN.

TIPO DE ATENDIMENTO
01 - URGÊNCIA
02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRABALHO
05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS, FÍSICOS E BIOLÓGICOS

MEDICAÇÃO
1 - PRESCRITA
2 - APLICADA
SERVIÇOS REALIZADOS
1 - EXAME FÍSICO
2 - EXAME DE LABORATÓRIO
3 - EXAME DE IMAGEM
4 - EXAME DE PATOLOGIA
5 - EXAME DE PATOLOGIA
6 - EXAME DE PATOLOGIA
7 - EXAME DE PATOLOGIA
8 - EXAME DE PATOLOGIA
9 - EXAME DE PATOLOGIA
10 - EXAME DE PATOLOGIA

ENCAMINHAMENTO
01 - OBSERVAÇÃO
02 - CURSO HOSPITAL
03 - RESIDÊNCIA
04 - ÓBITO
05 - OUTROS

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IA)S (ASSISTENTE(S) - CARIMBO(S))
ASS. DO PACIENTE
ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL
ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO





GOVERNO
DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

Ficha de Acolhimento

| | | | |
|----------------------|--------------------------------|-----------------------------|---------------|
| Nome: | Emmanuel Sampaio de Melo Dutra | | |
| End.: | Av. Américo de Figueiredo | | |
| Data de Nascimento: | 25/10/1993 | Documento de Identificação: | Bairro: Anais |
| Queixa: | Assessoria | | |
| Data do Atendimento: | 10/10/19 | Hora: | 16:00 |
| Documento: | | | |

NOTA

Classificação de Risco

| | | | | | | | |
|--------------------------|-----------|----------------------|-----------|----------------------|-----------------|-------------------|-------------|
| Nível de consciência: | () Bom | () Regular | () Baixo | Aspecto: | () Calmo | () Fácies de dor | () Gemente |
| Frequência respiratória: | | | | Frequência cardíaca: | | | |
| Pressão arterial: | | | | Temperatura axilar: | | | |
| Dosagem de HGT: | | | | Mucosas: | () Normocorada | () Pálida | |
| Deambulação: | () Livre | () Cadeira de rodas | () Maca | | | | |

Estratificação

- Classificação**
- (☒) Vermelho - atendimento imediato
 - () Verde - atendimento até 4 horas
 - () Amarelo - atendimento até 1 hora
 - () Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional

| | | | |
|--|--|---------------------|--|
| SUS Sistema Único de Saúde | | Ministério da Saúde | |
| LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | | | |
| 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES | | | |
| 2 - CNES 2 3 6 2 8 5 6 | | | |
| 3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES | | | |
| 4 - CNES 2 3 6 2 8 5 6 | | | |
| 5 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE a) NOME DO PACIENTE: Maria Gonzaga de Melo Silva b) DATA DE NASCIMENTO: 15/10/1953 c) SEXO: F d) NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL: Maria do Patrimônio Gonzaga de Melo e) ENDEREÇO (RUA Nº, BAIRRO): Rua do Figueiredo f) MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA: Aracaju g) DATA DE NASCIMENTO: 15/10/1953 h) NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 114.492 i) TELEFONE DE CONTATO: 913 91954151813 j) COD. URG. MUNICÍPIO: 170 k) CEP: | | | |
| 11 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Justificativa da Internação Trauma em M.F. e 11 ferimentos e lacerações | | | |
| 12 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO ATB C.U. crânio deitado | | | |
| 13 - PROBABILIDADES DE PROVA DIAGNÓSTICA - RESPOSTAS DE EXAMES REALIZADOS Exat | | | |
| 14 - DIAGNÓSTICO INICIAL Trauma Cerebral | | | |
| 15 - CID-10 PRINCIPAL 16 - CID-10 SECUNDÁRIO 17 - CID-10 CAUSAS ASSOCIADAS | | | |
| 18 - PROCEDIMENTO SOLICITADO Desbridamento e limpeza de ferimentos | | | |
| 19 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 20 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 21 - DATA DA SOLICITAÇÃO 22 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO | | | |
| 23 - PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS) 24 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 25 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 26 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO | | | |

MOD. 009



| | | |
|--|---------------------|---|
| SUS Sistema Único de Saúde | Ministério da Saúde | LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR |
| Identificação do Estabelecimento de Saúde 1. NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES | | |
| 2. CATEGORIA 2 3 6 2 8 5 6 | | |
| 3. NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES | | |
| 4. CATEGORIA 2 3 6 2 8 5 6 | | |
| Identificação do Paciente 5. NOME DO PACIENTE | | |
| 6. NÚMERO DO PRONTUÁRIO | | |
| 7. DATA DE NASCIMENTO | | |
| 8. SEXO: <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | |
| 9. ENDEREÇO (RUA Nº, BAIRRO) | | |
| 10. CID - PRINCIPAL | | |
| 11. TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE | | |
| 12. CID - SECUNDÁRIO | | |
| 13. CID - TERCÁRIO | | |
| JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO 14. PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS 15. CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO 16. PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES DE LABORATÓRIO) 17. DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL 18. CID - PRIMÁRIO 19. CID - SECUNDÁRIO 20. CID - TERCIÁRIO | | |
| PROCEDIMENTO SOLICITADO 21. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 22. CARACTER DA INTERNAÇÃO 23. DOCUMENTO (ENSCIP) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 24. DATA DA SOLICITAÇÃO 25. ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO | | |
| PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS) 26. ACIDENTE DE TRÂNSITO 27. ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 28. ACIDENTE TRABALHO ATÍPICO 29. VÍTIPO COMO PREVIDÊNCIA 30. CATEGORIA DA SEGURADORA 31. Nº DO BILHETE 32. CATEGORIA DA EMPRESA 33. CNES DA EMPRESA 34. CBOE | | |
| AUTORIZAÇÃO 35. NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 36. Nº DO DOCUMENTO (ENSCIP) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 37. DATA DA AUTORIZAÇÃO 38. ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO 39. Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | | |



Folha de Tratamento e Evolução

Diagnóstico

Wannabe extenu
with Q

| Paciente | Nome | Prescrição Médica | Horário | Alojamento | Leito | Convênio |
|----------|------|-------------------|---------|------------|-------|----------|
| 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 |
| 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 | 12 |
| 13 | 13 | 13 | 13 | 13 | 13 | 13 |
| 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 |
| 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| 16 | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 |
| 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 |
| 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 | 18 |
| 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 | 19 |
| 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |
| 21 | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 |
| 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| 24 | 24 | 24 | 24 | 24 | 24 | 24 |
| 25 | 25 | 25 | 25 | 25 | 25 | 25 |
| 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 |
| 27 | 27 | 27 | 27 | 27 | 27 | 27 |
| 28 | 28 | 28 | 28 | 28 | 28 | 28 |
| 29 | 29 | 29 | 29 | 29 | 29 | 29 |
| 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 |
| 31 | 31 | 31 | 31 | 31 | 31 | 31 |
| 32 | 32 | 32 | 32 | 32 | 32 | 32 |
| 33 | 33 | 33 | 33 | 33 | 33 | 33 |
| 34 | 34 | 34 | 34 | 34 | 34 | 34 |
| 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 |
| 36 | 36 | 36 | 36 | 36 | 36 | 36 |
| 37 | 37 | 37 | 37 | 37 | 37 | 37 |
| 38 | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 | 38 |
| 39 | 39 | 39 | 39 | 39 | 39 | 39 |
| 40 | 40 | 40 | 40 | 40 | 40 | 40 |
| 41 | 41 | 41 | 41 | 41 | 41 | 41 |
| 42 | 42 | 42 | 42 | 42 | 42 | 42 |
| 43 | 43 | 43 | 43 | 43 | 43 | 43 |
| 44 | 44 | 44 | 44 | 44 | 44 | 44 |
| 45 | 45 | 45 | 45 | 45 | 45 | 45 |
| 46 | 46 | 46 | 46 | 46 | 46 | 46 |
| 47 | 47 | 47 | 47 | 47 | 47 | 47 |
| 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 |
| 49 | 49 | 49 | 49 | 49 | 49 | 49 |
| 50 | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 | 50 |
| 51 | 51 | 51 | 51 | 51 | 51 | 51 |
| 52 | 52 | 52 | 52 | 52 | 52 | 52 |
| 53 | 53 | 53 | 53 | 53 | 53 | 53 |
| 54 | 54 | 54 | 54 | 54 | 54 | 54 |
| 55 | 55 | 55 | 55 | 55 | 55 | 55 |
| 56 | 56 | 56 | 56 | 56 | 56 | 56 |
| 57 | 57 | 57 | 57 | 57 | 57 | 57 |
| 58 | 58 | 58 | 58 | 58 | 58 | 58 |
| 59 | 59 | 59 | 59 | 59 | 59 | 59 |
| 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 | 60 |
| 61 | 61 | 61 | 61 | 61 | 61 | 61 |
| 62 | 62 | 62 | 62 | 62 | 62 | 62 |
| 63 | 63 | 63 | 63 | 63 | 63 | 63 |
| 64 | 64 | 64 | 64 | 64 | 64 | 64 |
| 65 | 65 | 65 | 65 | 65 | 65 | 65 |
| 66 | 66 | 66 | 66 | 66 | 66 | 66 |
| 67 | 67 | 67 | 67 | 67 | 67 | 67 |
| 68 | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 | 68 |
| 69 | 69 | 69 | 69 | 69 | 69 | 69 |
| 70 | 70 | 70 | 70 | 70 | 70 | 70 |
| 71 | 71 | 71 | 71 | 71 | 71 | 71 |
| 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 | 72 |
| 73 | 73 | 73 | 73 | 73 | 73 | |



| | | |
|--|---------------------|---|
| SUS Sistema Único de Saúde | Ministério da Saúde | LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR |
| Identificação do Estabelecimento de Saúde 2 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES 3 - NOME DO ESTABELECIMENTO RECEITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES | | |
| Identificação do Paciente 4 - NOME DO PACIENTE LUIZ GONZAGA FERNANDES 5 - NOME DA MÃE DO RESPONSÁVEL LUIZ GONZAGA FERNANDES 6 - ENDEREÇO (RUA Nº, BAIRRO) 7 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA 8 - DATA DE NASCIMENTO 9 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> | | 10 - N° DO PRECATÓRIO 11 - TELEFONE DE CONTATO 12 - CID-10 PRINCIPAL 13 - CID-10 SECUNDÁRIO 14 - CID-10 CAUSAS ASSOCIADAS |
| JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO 15 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS 16 - EXAME FÍSICO 17 - EXAMES DE LABORATÓRIO 18 - EXAMES DE IMAGEM 19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) 20 - DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL 21 - OBJETIVO PRINCIPAL 22 - OBJETIVO SECUNDÁRIO 23 - OBJETIVO CAUSAS ASSOCIADAS | | |
| PROCEDIMENTO SOLICITADO 24 - DENOMINAÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 26 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO 27 - DOCUMENTO 28 - N° DO DOCUMENTO (CNS/CP) 29 - N° DO DOCUMENTO (CNS/CP) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 32 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO | | |
| PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS) 33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO 34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO 36 - CNPJ DA SEGURADORA 37 - N° DO ROLHETE 38 - SÉRIE 39 - CNPJ EMPRESA 40 - CNPJ DA EMPRESA 41 - CBO 42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESMEMBRADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO | | |
| AUTORIZAÇÃO 43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 44 - CNP 45 - N° DO DOCUMENTO (CNS/CP) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 47 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO 48 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | | |



JOSE DUARTE DA SILVA
RUI J. SARAIVA, SN - AREA RURAL
AREA / PIB CEP: 59307002 (AG 71)

Classificação: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Roteiro: 8 - 72 - 221 - 710
Número: 03008184194

Referência: Out/2015
Emissão: 18/10/2015

ENERGISA PARAIBA, DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
R-200, km 25 - Estrada Residencial João Pessoa/PB - CEP 51607-140
CNPJ 02.035.182/0001-40 - Ins. EM 16.045.623-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.581.054
Código para Débito Automático: 50013952106

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

2388 c/c 4 2876 402e oabr at 18 e860 a18d

Conta referente a **CDC (Código do Consumidor): 5/1395210-6**

Canal de contato

Out/2015

- Redução do valor da bandeira vermelha em 18%, de R\$ 5,50 para R\$ 4,50 a partir de 100 kWh consumidos conforme Resolução Normativa ANEEL 1.945/2015, vigente a partir de 01/08/2015

Apresentação

16/10/2015

Data prevista da próxima leitura

16/11/2015

CPF/CNPJ/RANI
35085613400

Cálculo de consumo

| Anterior | Atual | Constante | Consumo | Dias |
|----------|---------|-----------|---------|------|
| Data | Leitura | Data | Leitura | |
| 19/09/15 | 1400 | 16/10/15 | 1445 | 1 |
| | | | | 45 |
| | | | | 30 |

Faturas em atraso

| | |
|------------|------|
| 23/09/2015 | 7,14 |
| 28/02/2012 | 7,98 |
| 24/05/2011 | 3,70 |

Demonstrativo

| Descrição | Quantidade | Preço | Valor (R\$) |
|-------------------|------------|---------|-------------|
| Consumo em kWh | 45 | 0,41817 | 18,81 |
| Adic. B. Vermelha | | | 2,02 |

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS

COPINS

JURCS DE MORA 09/2015

MULTA 09/2015

ICMS (ISENTO)

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 09/2015

Histórico de Consumo (kWh)

| | |
|--------|----|
| Sep/15 | 34 |
| Ago/15 | 35 |
| Jul/15 | 34 |
| Jun/15 | 47 |
| Mai/15 | 50 |
| Abr/15 | 16 |
| Mar/15 | 0 |
| Fev/15 | 0 |
| Jan/15 | 0 |
| Dez/14 | 20 |
| Nov/14 | 0 |
| Out/14 | 24 |

Média dos últimos meses
23 kWh

VENCIMENTO
23/10/2015

TOTAL A PAGAR
R\$ 22,44

Indicadores de Qualidade 2015 - Anel

| Limites da ANEEL | Apurado | Limite de Tensão (V) |
|------------------|---------|----------------------|
| DIC MENSAL | 12,80 | 0,00 |
| DIC TRIMESTRAL | 25,57 | 0,00 |
| DIC ANUAL | 51,05 | 0,00 |
| PIZ MENSAL | 16,00 | 0,00 |
| PIZ TRIMESTRAL | 32,18 | 0,00 |
| PIZ ANUAL | 64,36 | 0,00 |
| DMC | 16,00 | 0,00 |

| Discriminação | Valor (R\$) | % |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Serviços de Dist. da Energia PD | 8,68 | 31,02 |
| Cargos de Energia | 11,13 | 49,80 |
| Serviços de Transmissão | 0,24 | 2,41 |
| Encargos Setoriais | 2,20 | 9,86 |
| Impostos, Oribitos e Encargos | 1,58 | 7,04 |
| Outros Serviços | 0,03 | 0,13 |
| Total | 22,44 | 100,00 |

Valor de Referência do Uso do Sistema de Cálculo de Tarifas (Ref. 8/2015) R\$ 7,54

ATENÇÃO

- AVISO: Permanecendo em atraso no PAGAMENTO ANTERIOR, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decorrido do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.
Reajuste Tarifário - Vigência 29/09/15 - Res. ANEEL nº 1.830 - Usina Tensão 10,47% Médio
Reajuste Tarifário - Vigência 29/09/15 - Res. ANEEL nº 1.830 - Usina Tensão 11,47% Médio
- Leitura continuada

PARAIBA

VENCIMENTO
23/10/2015

TOTAL A PAGAR
R\$ 22,44

Roteiro: 8 - 72 - 221 - 710
Multicli: 1395210-2015-10-1

83670000000-0 22440054000-7 13952102015-2 10100720019-5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO P-917




Marlo Gonzaga de Melo Silva
SIGNATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.176.121 DATA DE EXPEDIÇÃO 11/07/2013

NOME MARLO GONZAGA DE MELO SILVA

FILIAÇÃO MARCOS ANTONIO MONTEIRO DA SILVA
MARIA DE FATIMA GONZAGA DE MELO

NATURALIDADE ESPERANÇA-PB DATA DE NASCIMENTO 25/10/1993

DOC ORIGEM NASC. N. 23377 FLS. 148 LIV. A-23
CARTÓRIO AREIA-PB

CPF [redacted]

JULIO PEREIRA - PD

LEI Nº 7.116 DE 28/06/63

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 118.168.104-95

Nome MARLO GONZAGA DE MELO SILVA

Nascimento 25/10/1993

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
B0DF.E344.B9D6.5C3F

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 10:49:38 do dia 19/07/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

CARTÓRIO MAIA DE ALBUQUERQUE
Tabelião José Francisco B. de Albuquerque
Rua Santa Rita, 330 - Centro - CEP 53.000-000 - Recife - PE
Fone: (81) 3362.2272

[Assinatura] AUTENTICAÇÃO 25/10/13

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.
(Art. 365 - III do CPC)



03/10/2016

... MM Reguladora ...

Bem vindo : BALBINOS - CAMPINA GRANDE/PB



Home



Buscar

Pré
Cadastro

Mensagens



Data

para preenchimento da Autorização de Pagamento (cópia do cartão e
15/12/2015

Situação

Doc Pendente

Descrição

Corrigindo a pendência anterior, faz-se necessário apresentar: *Bolel
CARIMBO e ASSINATURA da Autoridade Policial responsável. *Adendc
informando a data correta do fato, visto que no B.O está 16/10/2013
06/10/2013, e informando a posição correta da Vítima, visto que no I
na Declaração do Proprietário do Veículo assina como CONDUTOR. *D
Autorização de Pagamento (cópia do cartão ou extrato bancário).

BENEFICIÁRIOS / PAGAMENTOS

| | | | |
|-------------------|-----------------------------|----------------|------------|
| Beneficiário | MARLO GONZAGA DE MELO SILVA | | |
| CPF/CNPJ | 118.168.104-95 | | |
| Data Pagamento | 00/00/0000 | Data Rateio | 00/00/0000 |
| Agência | 0 | Conta Corrente | 0 |
| Banco | | Tipo Conta | |
| Valor Indenização | 0,00 | | |
| Estornado | Nao | | |

CORRETORA

| | |
|-------------|----------------------------------|
| Código | 1 |
| Nome | BALBINOS - CAMPINA GRANDE/PB |
| Responsável | WAMBERTO |
| Endereço | aV. FLORIANO PEIXOTO 4510 - 4519 |
| Telefone | (83) 3342-2704 |
| E-mail | BALBINOSCG@HOTMAIL.COM |

PROCURADOR

| | | | |
|--------------------|------------------------|----------------|---|
| Procurador | | | |
| CPF | | | |
| CNPJ | | | |
| Data Nascimento | | | |
| Data da Procuração | UF da Ofic. Procuração | | |
| Nome do Médico | | | |
| CRM do Médico | UF CRM MED. | Tipo | |
| Banco | | | |
| Agência | 0 | Conta Corrente | 0 |
| E-mail | | Telefone | |

Voltar

Imprimir
Relatório

//200.150.66.37/mmreguladora/clientes/index_menu.php

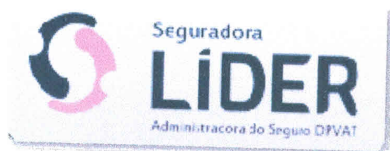
1/2

Assinado eletronicamente por: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA - 21/07/2020 11:54:03

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072111540281500000031148115

Número do documento: 20072111540281500000031148115

Num. 32517050 - Pág. 1



Buscar no

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Início do conteúdo

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARLO GONZAGA DE MELO SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA S/A-Filial Curitiba-PR #0773

BENEFICIÁRIO MARLO GONZAGA DE MELO SILVA

CPF/CNPJ: 11816810495

Posição em 03-10-2016 18:11:28

Verifique os dados digitados e repita a consulta ou [clique aqui](#) e fale conosco.

ACESSIBILIDADE



COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

- [Documentos Despesas Médicas](#)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE AREIA

Juízo do(a) Vara Única de Areia

Rua Pref. Pedro Cunha Lima, S/N, Jussara, AREIA - PB - CEP: 58397-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 0800265-58.2020.8.15.0071

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARLO GONZAGA DE MELO SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

Concedo a parte autora os benefícios da AJG.

Sabe-se que o seguro DPVAT possui natureza de seguro de responsabilidade civil, aplicando-se, portanto, a regra estatuída pelo novo expediente legal, qual seja, 03 (três) anos (art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil).

Em reforço a tal entendimento, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula nº 405, a qual prevê: "A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos".

In casu, o acidente de trânsito ocorreu em 16/10/2013 (id Num. 32517056 - Pág. 3), tendo o autor ingressado com requerimento administrativo em 15/12/2015 (id Num. 32517050 - Pág. 1).

Acostou ao processo consulta do seu requerimento administrativo, feito em 03/10/2016 (id Num. 32517050 - Pág. 2) e alegou, na exordial, que até o momento não houve decisão acerca de seu pedido, entendendo, com isso, como uma negativa da seguradora.

Cumprе registrar, que o requerimento administrativo feito pela parte suspende o prazo prescricional, conforme o teor do Enunciado nº 229 do STJ: "O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão".

Ante o exposto, em atenção ao princípio da não surpresa, previsto no art. 10 do CPC, **intime a parte autora, via advogado**, para se manifestar sobre eventual ocorrência da prescrição, considerando que a data da ciência do andamento do requerimento administrativo se deu em 03/10/2016 (id Num. 32517050 - Pág. 2) e o ingresso da presente demanda ocorreu em 21/07/2020. Prazo: 15 dias.



Cumpra-se.

AREIA-PB, em 22 de julho de 2020



EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (IZA) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE AREIA, ESTADO DA PARAÍBA

Proc. Nº **0800265-58.2020.8.15.0071**.

MARLO GONZAGA DE MELO SILVA, já qualificado nos autos da ação em epígrafe em que contende com **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., para dizer o que se segue:

Em atendimento a intimação identificação pelo **ID 32625048**, Vossa Excelência intima a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, **se manifestar sobre eventual ocorrência da prescrição, considerando que a data da ciência do andamento do requerimento administrativo se deu em 03/10/2016 (id Num. 32517050 - Pág. 2) e o ingresso da presente demanda ocorreu em 21/07/2020.**

No caso dos autos, apesar de já ter transcorrido mais de 3 (três) anos da data do acidente quando do ajuizamento, não há que falar que se operou a prescrição da pretensão autoral, nos termos do art. 206, §3º, IX do Código Civil.

É que a hipótese em tela se trata de exceção à regra geral, em que a data do requerimento administrativo deve ser considerada como marco inicial para a contagem do prazo prescricional, nos termos da Súmula n. 229 do STJ, que giza:

Súmula n. 229 do STJ: “O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.”



Desse modo, resta claro que por esta vertente a pretensão autoral não está prescrita, já que houve requerimento administrativo, o que suspendeu o prazo prescricional até o presente momento, uma vez que a seguradora, até agora não deu solução ao requerimento administrativo do autor, negando ou deferindo o pagamento, conforme documentação em anexo.

Fato é que, na via administrativa, tendo havido negativa da seguradora, a prescrição é suspensa e, havendo pagamento do seguro, o prazo prescricional é interrompido.

Repise-se à exaustão: o caso vertente se trata de interrupção da prescrição, pois o requerimento administrativo tem o condão de tão somente suspender o prazo prescricional, no aguardo da resposta da seguradora, que servirá como marco inicial para recontagem do referido triênio.

No caso em comento, a seguradora não se dignou em apreciar o pedido e o autor depois de tanto tempo resolveu buscar a prestação jurisdicional sem esgotar a via administrativa buscada, evitando o perecimento de seu direito e exercendo o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, CF art.5º XXXV.

Diante do exposto, requerer a juntada de comprovante de ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT e requerendo o prosseguimento do feito em seus ulteriores termos.

Ratifica, ainda, seu interesse na produção de prova pericial, se ainda não foi realizada, porque tal instrumento qualificará e quantificará as seqüelas decorrentes do acidente. Salienta, por oportuno, que em caso da realização da perícia não indicara assistente técnico.

Neste termos,

Pede juntada e deferimento.

Areia, PB, em 26 de agosto de 2020

Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira

Advogado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE AREIA**

Juízo do(a) Vara Única de Areia

Rua Pref. Pedro Cunha Lima, S/N, Jussara, AREIA - PB - CEP: 58397-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

SENTENÇA

Nº do Processo: 0800265-58.2020.8.15.0071

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: MARLO GONZAGA DE MELO SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

MARLO GONZAGA DE MELO SILVA, já qualificado, propôs Ação de Cobrança Securitária – DPVAT em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, por meio da qual busca o pagamento do seguro obrigatório em razão de invalidez decorrente de acidente de trânsito.

Narra o promovente que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 16/10/2013, do qual resultou lesões com sequelas permanentes.

Requer o recebimento da indenização do seguro obrigatório, acrescido de custas processuais, juros de mora e correção monetária e condenação nos honorários de sucumbência.

Juntou documentos.

No despacho de ID Num. 32545919 - Pág. 1 e 2, este juízo, embasado no art. 10 do CPC, determinou a intimação do autor para se manifestar acerca de possível prescrição de sua pretensão, tendo o promovente se posicionado pela não ocorrência de tal prejudicial de mérito sob o argumento de que o fluxo do prazo prescricional estaria suspenso por força do pedido administrativo.

É o relatório. Passo a decidir.

Sabe-se que o seguro DPVAT possui natureza de seguro de responsabilidade civil, aplicando-se, portanto, a regra estatuída pelo novo expediente legal, qual seja, 03 (três) anos (art. 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil).

Em reforço a tal entendimento, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula nº 405, a qual prevê: “A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”.

In casu, o acidente de trânsito ocorreu em 16/10/2013 (id Num. 32517056 - Pág. 3), tendo o autor ingressado com requerimento administrativo em 15/12/2015 (id Num. 32517050 - Pág. 1). Acostou ao processo consulta do seu requerimento administrativo, feito em 03/10/2016 (id Num. 32517050 - Pág. 2) e alegou, na exordial, que até o momento não houve decisão acerca de seu pedido, entendendo, com isso, como uma negativa da seguradora.

É de se ressaltar que o autor relatou que, na referida data, foi cancelado de maneira abrupta e injustificada o pedido administrativo, o que deve ser entendido como negativa administrativa o que fez cair por terra a suspensão do fluxo do prazo prescricional, o qual, naturalmente, não poderia perdurar ao infinito.

Assim, considerando que a exordial só foi protocolada em 21/07/2020, indiscutível que a pretensão autoral se encontra fulminada pela prescrição.

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 487, II, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial**, condenando o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, ficando, contudo, a cobrança suspensa devido ao autor ser beneficiário da assistência judiciária. Sem honorários advocatícios.

Publicação e registro eletrônicos. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Areia-PB, data de validação do sistema.

Alessandra Varandas Paiva Madruga de Oliveira Lima- Juíza de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

